

Fátima Santos

De: Edgardo Goulart
Enviado: segunda-feira, 1 de Julho de 2013 16:33
Para: arquivo
Assunto: FW: Parecer de Proposta de Decreto Legislativo Regional N°12X - Segunda alteração ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário
Anexos: Parecer sobre Proposta de Decreto Legislativo Regional N°12X.pdf
Importância: Alta

De: Domingos Cunha
Enviada: segunda-feira, 1 de Julho de 2013 16:28
Para: app
Cc: Renata Botelho; Catarina Furtado; Arlinda Nunes
Assunto: FW: Parecer de Proposta de Decreto Legislativo Regional N°12X - Segunda alteração ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário
Importância: Alta

Boa tarde,

Mais um parecer da Escola Profissional da SCMisericórdia de Ponta Delgada, para os devidos efeitos.

Com os melhores cumprimentos,

Domingos Cunha

Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais

| | |
|---|----------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES | |
| ARQUIVO | |
| Entrada 2188 | Proc. n.º 102 |
| Data: 01/07/13 | N.º 12/X |

**Parecer PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º12/X –
SEGUNDA ALTERAÇÃO AO ESTATUTO DO ENSINO PARTICULAR,
COOPERATIVO E SOLIDÁRIO**

O Conselho de Administração e a Direção Técnico - Pedagógica da MEP - Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, após análise detalhada da Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º12/X – Segunda Alteração ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário emite o seguinte parecer:

- Tendo em conta que os pais têm o direito de assegurar a educação e o ensino dos seus filhos, o alargamento da possibilidade de frequência em regime de ensino doméstico para os níveis de ensino da escolaridade obrigatória, deverá ser exequível apenas para os casos dos alunos que, por via de doença crónica incapacitante, permanente ou pontual, possam ter acesso a esta medida. Tal consideração decorre do facto de em qualquer faixa etária ser vital a socialização com os seus pares e outros significativos, tais como professores, auxiliares de ação educativa, quadros dirigentes e toda a comunidade educativa, bem como interiorizar valores fundamentais como, por exemplo, regras básicas de convivência e respeito não só pelo outro, como também pelas regras institucionais, no que concerne a respeitar e cumprir o regulamento interno de uma unidade orgânica.

- Relativamente às questões de financiamento de valências educativas privadas, considera-se que qualquer investimento na educação e formação é benéfico para a sociedade. As igualdades de oportunidades devem ser quer para os cidadãos de condições socioeconómicas mais fragilizadas, quer para os restantes cidadãos, que tão dignamente contribuem para as funções sociais do Estado. Posto isto, julga-se que a discriminação positiva nestes casos

deverá ser relativa à inclusão de alunos carenciados, percentualmente, em instituições de ensino privado.

O Conselho de Administração

Isabel Marques

Catarina Medeiros

Filipe Maurício

A Direção Técnico-Pedagógica

Catarina Medeiros

Cristina Tavares

João Gouveia

Josué Gaspar

Luís Carreiro

Rita Anjos